

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Biênio 2013-2015
Reunião Ordinária

1
2
3
4
5 Ata nº 102 do Conselho do Plano Diretor Municipal que, aos vinte e seis dias do mês de Março de
6 dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Câmara Municipal, reúne-se sob a Presidência
7 do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Cidinei Rodrigues Nunes. Registram-se
8 as presenças dos seguintes Conselheiros: 01) Jacqueline Zandominegue Soares, DIOCESE; 02)
9 João Luiz Silva, ASCOSUL; 03) Ruberval da Silva Rocha, ACISCI; 04) Jairo de Freitas Di
10 Giorgio, SINDUSCON; 05) Mário César do Nascimento, UGT; 06) Carlos Heugenio Duarte
11 Camisão, CREA; 07) José Bessa Barros, SÃO CAMILO; 08) Eliel Alves Moulin,
12 ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO
13 SANTO; 09) Luiz Rogério Ramos Casaes, FAMMOPOCI; 10) Renata Sabra Baião Fiório
14 Nascimento, OAB; 11) Alex Vaillant Farias, CÂMARA MUNICIPAL; 12) Rômulo Joviano Neto,
15 IDAF; 13) Cidinei Rodrigues Nunes e Ilvene Marise Rodrigues dos Santos, SEMDURB; 14)
16 Antonia Marcela Minto Brito, SEMUTHA; 15) Joana D' Arck Caetano, SEMCULT; 16) Ricardo
17 Coelho de Lima, SEMDEC; 17) Fabiana Ramos Dias Caçador, SEMMA; 18) Antonio Fernandes
18 Mastella, SEMGES; 19) Marcos Antonio Carvalho Oliveira, SEMAG e 20) Braz Barros da Silva,
19 SEMO. **Ausentes os representantes:** ADESA; ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO
20 JARDIM ITAPEMIRIM; AGERSA; IFES e SEMDEF. **Ausente o representante com**
21 **justificativa:** CETEMAG; AMPE e IBAMA. Após verificação de quórum, o Presidente saúda a
22 todos, declara aberta a reunião e anuncia a seguinte pauta: **1.** Aprovação das Atas: 97, 98, 99, 100 e
23 101; **2.** Proposta e aprovação da agenda anual para 2015; **3.** Apresentação de Estudo de Impacto de
24 Vizinhança - EIV: **Requerente:** SESI - Serviço Social da Indústria, Protocolo: 43076/2014, Uso: Comercial,
25 Gabarito: 02 pavimentos, Endereço: Rua Domingos Alcino Dadalto, Bairro Monte Cristo. **4.** Apresentação
26 da proposta de Alteração de Zona de Uso em um trecho do Bairro Marbrasa, atualmente como Zona
27 Residencial do tipo 01 (ZR-01), para Zona Especial de Interesse Social (ZEIS); **5.** Proposta de alteração da
28 Lei que trata sobre Mobilidade Urbana; **6.** Proposta de definição de Zona de Uso para a localidade de
29 Córrego do Óleo e Moitãozinho; **7.** Solicitação de Audiência pública para apreciação do Estudo de Impacto
30 de Vizinhança - EIV do Empreendimento Residencial Manhattan e **8.** Informes. **O Presidente Cidinei**
31 **apresenta o primeiro ponto da pauta** e lembra que o Conselho teve alguns contratemplos para aprovação das
32 atas e pede a Conselheira Ilvene para esclarecer sobre o assunto. **A Conselheira Ilvene** diz que a pendência
33 da aprovação das atas acontece desde o mesmo de agosto, uma vez que a ata nº 97 ainda não havia sido
34 entregue. Esclarece que, somente no mês de dezembro foi enviada por email essa ata pendente. Informa que
35 a última publicação de ata no Diário Oficial é a de nº 96. Nesse momento, **o Presidente Cidinei** pede que
36 antes de colocar as atas para aprovação, lembre que a mesa diretora deverá ser composta por um secretário
37 para acompanhar a reunião. **O Conselho** indica o Conselheiro Rogério Casaes para ajudar nessa reunião. **A**
38 **Conselheira Ilvene** continua esclarecendo sobre as atas e, lembra a todos que havia sido acordado pelos
39 conselheiros que a aprovação das atas só poderia acontecer quando não houvesse mais pendência de ata, para
40 não prejudicar o andamento dos assuntos. Diz que por não existir mais esse contratempo, todas as atas foram
41 encaminhadas para apreciação de todos e votação nesta reunião. **O Presidente Cidinei** diz acreditar que
42 todos receberam, mas pergunta se alguém ficou sem receber o e-mail constando todas as atas que estavam
43 pendentes. Foi aberto a todos a oportunidade de se manifestar quanto a alguma observação ou alteração das
44 atas antes da votação. Se direciona a Conselheira Ilvene e pergunta se alguém se manifestou quanto a
45 alteração da ata através de e-mail. A Conselheira Ilvene diz que não. **O Presidente Cidinei** diz: Então
46 acredito que todos concordaram, e como já havia sido combinado por não fazer a leitura da ata no dia da
47 reunião, já que as mesmas foram entregue com antecedência, quero que se manifeste aquele que é favorável
48 a aprovação das atas de nº 97, 98, 99, 100 e 101. Pede para manifestar quanto aos votos e pergunta quantos
49 são favoráveis e se tem alguém contra. **A Conselheira Renata** é pela abstenção do voto. **O Presidente**
50 **pergunta se há mais alguém a se manifestar.** Por não haver, as atas são aprovadas pela maioria dos votos. **O**
51 **Presidente** apresenta **o segundo ponto da pauta**, quanto a aprovação da agenda anual. Para isto **o**
52 **Conselheiro Rogério Casaes**, nosso secretário do dia, estará apresentando as prováveis datas para que
53 possamos fazer as nossas reuniões neste ano de 2015. **Rogério Casais** faz a leitura da proposta: 26 de
54 fevereiro, nossa primeira reunião; 26 de março; 30 de abril; 28 de maio; 25 de junho; 30 de julho; 27 de
55 agosto; 24 de setembro; 29 de Outubro; 26 de novembro e 17 de Dezembro. Pergunta se alguém quer fazer

56 alguma observação. **A Conselheira Renata** diz que todo ano, no mês de junho, tem que ajustar a data por
57 causa dos festejos, festa de cachoeiro. Sugere que seja alterado logo essa data para não coincidir com os
58 festejos da festa. **A Conselheira Ilvenc** concorda com Renata, mas diz ter uma explicação pela escolha
59 dessa data. Diz que, na verdade a festa de cachoeiro acontece no dia 29 de junho, numa segunda-feira, e que
60 a data da reunião é para o dia 25, numa quinta-feira. **A Conselheira Renata** diz que o problema é a festa na
61 câmara dos vereadores, onde as homenagens acontecem. Diz querer deixar claro que se ficar para o dia 25,
62 não vai poder alterar por conta de comemoração, porque tem festa no bairro, porque a novena na Catedral
63 começa. **A Conselheira Ilvenc** diz que além deste mês da festa de Cachoeiro, existe a preocupação também
64 com a feira do mármore, que acontece em agosto. Deverá ser visto se não vai coincidir e também para o mês
65 de dezembro, tem o natal. **A Conselheira Joana D'Arck** diz concordar com Renata, porque as festividades
66 começam uma semana antes. Então se puder antecipar um pouco, porque ela tem razão quanto a
67 programação da festa de Cachoeiro, já que a programação começa mais ou menos no dia 22, e a cidade tem
68 várias coisas para apresentar e muitas vezes fica prejudicado mesmo. **O Conselheiro Rogério Casaes** diz
69 querer fazer uma proposta, antecipar a data, já que a secretaria Joana disse que os festejos começam uma
70 semana antes. A minha proposta é que antecipe para o dia 18 de junho, numa quinta-feira. **O Presidente**
71 **Cidinei** pergunta se todos concordam. A decisão em concordar é unânime. Continua e pergunta quanto a
72 Feira do Mármore se antecipa também uma semana. **O Conselheiro Rogério Casaes** pergunta ao Secretário
73 Ricardo Coelho se a a feira do mármore já tem alguma data prevista. O Conselheiro **Ricardo Coelho** diz
74 que acontece na última semana do mês de agosto. **O Presidente Cidinei** sugere a alteração para o dia 20 de
75 agosto e pergunta se todos concordam. Neste momento, todos concordam e aprovam a agenda anual das
76 reuniões do CPDM para o ano de 2015. **A Conselheira Jacqueline**, da Diocese diz que para a reunião do dia
77 20 de agosto, a DIOCESE estará ausente, pois participará de um encontro em Belho Horizonte. Então, terá
78 que justificar a ausência, já que o suplente não poderá estar presente, pois toda a equipe participará deste
79 encontro. **O Presidente Cidinei** apresenta o **terceiro ponto da pauta** referente a apresentação de estudo de
80 Impacto de Vizinhança (EIV), que tem como requerente o Serviço Social da Indústria, SESI, através do
81 protocolo 43076/2014. Informa que trata-se de uso comercial, contendo 2 pavimentos, situado à Rua
82 Domingos Alcino Dadalto, Bairro Monte Cristo. Diz que o projeto tramitou na SEMDURB, e que a análise
83 foi feita pelo Arquiteto da SEMDURB Leandro Di Giorgio, que fará a apresentação deste empreendimento,
84 atendendo assim o pedido feito por este conselho que todas as apresentações fossem feitas pela equipe da
85 Secretaria e não pelo Empreendedor. O empreendedor terá a oportunidade para esclarecer algumas dúvidas,
86 se os conselheiros assim acharem pertinente. **O arquiteto Leandro Di Giorgio** diz que o SESI irá fazer uma
87 ampliação de 7 blocos, no terreno onde existe a escola. Diz que terão curso de mecânica elétrica e que será
88 um estudo profissionalizante. Então, no espaço onde tem um campo de futebol será esta ampliação de punho
89 educacional para ter uma nova realidade na educação de Cachoeiro. Diz que as vagas de garagem do SESI
90 são 250 vagas, mais 120 vagas de motos. Diz que essas vagas atendem tranquilamente. O total do terreno é
91 de 34.000m² e que a área existente hoje do SESI é de 8.400 m², querendo construir mais 4.800m². Ou seja,
92 mais ou menos a metade do SESI existente. Diz que a entrada do SESI será pela rua de cima, e não vai ter
93 acesso pela Domingos Dadalto, será só pela Avenida. Esse é um dos pontos que será apertado no EIV,
94 porque com certeza vai ter um grande fluxo. Eles fizeram uma redução de acesso no próprio terreno, com
95 uma pista de desaceleração. Diz que os índices urbanísticos estão atendendo a Lei. Agora é o Impacto de
96 Vizinhança que tem que ser julgado pelo senhores. **O Presidente Cidinei** diz que vale ressaltar que todos os
97 índices urbanísticos analisados e aprovados. Quanto a estacionamento e área livre tem de sobra. Diz que os
98 conselheiros podem ficar muito tranquilos para opinarem na aprovação, mas para isso gostaria de abrir o
99 espaço para que os conselheiros possam se manifestar. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz conhecer esse
100 projeto há três anos e que a intenção do SESI em construir esse centro educacional é para outras atividades.
101 Todos já conhecem as atividades que tem, e que tem inclusive educacional profissionalizante. Diz que a
102 única coisa que o preocupa um pouco é em saber de quem é e de quem será a responsabilidade da Avenida
103 Jones dos Santos Neves. Diz acreditar ser do DER. Diz que aquela via está estadualizada e que o DER será
104 responsável por este conflito aparente em relação ao acesso. Diz que ali em frente existe o empreendimento
105 de apartamentos e que por conhecer essa entrada, já que a mais ou menos dois anos atrás, fundou uma obra
106 ali do SENAI, também da FINES. Diz que eles fizeram esse acesso por onde o arquiteto Leandro está se
107 referindo, onde construíram uma entrada na parte de cima, na parte posterior do terreno, parte mais alta do
108 terreno que entra numa rua beirando o muro, tendo saída neste imóvel. Diz que parece que a intenção é de
109 transferir o Senai, centro de ensino, para lá. Diz que a capacidade de cursos vai aumentar e muito. Diz
110 pensar até que vão avançar para área de Engenharia. Enfim o que é muito bom para cidade, não resta dúvida
111 que é fundamental para a Cidade. A única preocupação que tenho, como é que vai fazer com a Av. Jones dos
112 Santos Neves. Acho até que eles deveriam também ter opção de entrada pela Rua Alcino Dadalto, mas eles

113 estão falando no projeto e o Leandro chamou atenção para isto onde tem que ter cuidado. Ele mesmo chamou
114 atenção quando fez o relato. Então é saber se eles também terão acesso pela Alcino Dadalto e se é o DER
115 que vai se responsabilizar por isso, essa é a pergunta. **O Conselheiro Ruberval** diz que este
116 empreendimento, falado como SESI, é na verdade uma unidade do SENAI e que ela vai ficar localizada
117 anexo ao SESI. Estamos ali com o Diretor Da FINES que deve falar alguma coisa sobre isso, e é uma
118 unidade muito importante para nossa cidade em nível de desenvolvimento. Em nível de ensino é um
119 investimento de mais de R\$14 milhões no município e tem duas entradas, uma entrada sendo pela Jones dos
120 Santos Neves e outra pela Alcino Dadalto, então é uma questão só de ajustes, mas acredito que obedecendo
121 os índices urbanísticos, as vagas de garagem, na realidade estamos retirando uma atividade de uma área
122 adensada, na subida ali do Condomínio Montanha e criando hoje um dos maiores complexos do sistema
123 FINDES no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Então, estamos trazendo um empreendimento moderno
124 que vai favorecer e prestigiar muitas famílias e muitas pessoas que serão capacitadas neste Centro de Ensino.
125 Depois seria interessante o diretor da FINDES da esclarecer qualquer dúvida. Gostaria de dizer que é uma
126 obra muito importante para o nosso município. **A Conselheira Renata** diz que gostaria de ter um
127 esclarecimento do Leandro. Pergunta se vai ampliar à área além do aproveitamento do campo de futebol ou
128 vai aproveitar o campo de futebol apenas. **O Arquiteto Leandro** diz que não vai ser uma ampliação e que o
129 campo de futebol deixará de existir, sendo criado mais sete blocos. **A Conselheira Renata** pergunta se não
130 vai ampliar a área já existente ali, e se o perímetro não será ampliado. Pergunta também se o acesso pela rua
131 Alcino Dadalto vai ser destruído. **O Arquiteto Leandro** diz que vai continuar existindo para passagem de
132 pedestre, mas a passagem principal de carro vão ser pela avenida. **A Conselheira Renata** diz que seria
133 interessante observamos o acesso por uma via e a saída por outra via, para não haver essa incompatibilidade.
134 Ali pelo que estamos observando fala-se em fechar, colocar as defesas, e não existia essa possibilidade ainda.
135 Estamos falando sobre isso, naquela via, há aproximadamente um ano. Então, haverá essa incompatibilidade
136 de gente querendo entrar e sair, porque ninguém vai lembrar que tem que ir na rotatória e voltar. Pergunta se
137 não seria interessante que a saída seja ser por uma via e o acesso por outra. **O Arquiteto Leandro** diz que
138 teria que dar uma olhada no projeto para ver se tem essa possibilidade. **A Conselheira Renata** pergunta se
139 não vai ser a entrada de todos os turnos por ali. **Leandro** diz que não e como foi dito pelo Camisão e pelo
140 Ruberval, o município não pode perder essa oportunidade, nem que o município tem que fazer uma ponte,
141 não há como abirmos mão deste empreendimento. **Leandro** diz que tem um projeto de um viaduto, ligando
142 ao Bairro Caiçara, que irá fazer esse retorno. **A Conselheira Renata** diz que isso que tem que ser
143 viabilizado, não podemos abrir mão, porque e as nossas crianças, os adolescentes e os jovens tem que ter
144 essa oportunidade. Não podemos abrir mãos desse empreendimento. **O Conselheiro José Bessa** diz que teve
145 a oportunidade de participar dessa reunião e que acompanhou esse projeto desde o início. Se me permite a
146 conselheira Renata, na pergunta que ela fez, administrativamente o projeto se completa internamente, mas
147 temos público externo, crianças e adolescente circulando pela Rua Alcino Dadalto e temos os técnicos
148 circulando pela Jones dos Santos Neves. Diz ter tido a oportunidade, como membro, de opinar. Então, creio
149 que isso ficou bem definido. Com relação a essa questão do viaduto, ainda ontem conversamos com o diretor
150 da Unidade da FINDES de Cachoeiro, Dr. Áureo e ele mencionava justamente da preocupação deles no
151 projeto para que se no futuro houvesse alguma alteração no traçado da avenida, essa obra não viesse a
152 interferir. Então, defendo em dizer que este projeto é muito importante. Estamos falando aqui em R\$ 14
153 milhões de investimento na obra física, pois temos também a parte de equipamento, então ultrapassa a casa
154 de R\$ 20 milhões de reais. Acho importante e fico feliz com os meus colegas, membros desse conselho, ver
155 a importância dessa obra. **O Conselheiro Jairo Di Giorgio** diz ter certeza que o projeto para Cachoeiro é
156 fantástico e tem que acontecer. Quero fazer uma pergunta para o Município, de qual é a preocupação hoje
157 com o município, sabendo que ali é uma área muito complicada. Fala sobre a existência do trevo, do
158 empreendimento Flamboyant com a preocupação que os carros sairão tudo ali naquele trecho. Aprovamos
159 uma projeto de ampliação do Ruberval que sairá mais carros. Falasse sobre um viaduto que é um projeto
160 futuro. Pergunta se agora, no momento, a prefeitura tem alguma carta na manga, alguma desapropriação. Se
161 é possível a Prefeitura fazer alguma melhoria no trevo, tem algum projeto. **O Conselheiro e Secretário**
162 **Brás** diz que o que pode dizer é que tem duas situações. A primeira sobre a ampliação da duplicação da
163 Jones dos Santos Neves, que na reunião passada falamos sobre isso. Diz que é um compromisso do Governo
164 do estado em está fazendo uma intervenção grande, que até então por duas vezes ela foi iniciada e teve que
165 ser interrompida por circunstância alheia a nossa vontade. Mas o projeto existe, inclusive o trevo do IBC
166 passa por uma transformação muito grande, mas podemos trazer numa próxima reunião aquilo que o DER ja
167 tem pronto, para ver o que vai acontecer. Quanto ao viaduto, a Secretaria Municipal de obra no mandato
168 passado, trabalha num projeto para fazer ali uma passagem. Caso viaduto aéreo para utilização dos pedestres
169 que se movimentam entre o Bairro Caiçara e o Bairro Monte Cristo, inclusive possibilitando ao novo

170 empreendimento de mais quinhentas famílias que morarão ali, elas terão a opção de dar a volta, ou seja, a
171 ideia é fazer com que as pessoas não atravessem a avenida. Quem quer ir para o Bairro BNH que pegue a
172 rota e quem quer vir para o Centro sairá pelo viaduto. A Secretaria de Obras está trabalhando ali e está em
173 fase final de projeto. Será apresentado ao prefeito para viabilizar o recurso, mas estamos trabalhando. O
174 Representante **do Findes, Sr. Bira** diz que este empreendimento veio para Cachoeiro de Itapemirim com
175 uma luta muito grande, nós tivemos que definir, porque na verdade esse dinheiro estava voltado para ir para
176 outras regiões. A Federação das Indústrias hoje, administra sua estrutura por região, uma estrutura que deu
177 tão certo que a própria sede em Vitória, Vila Velha serão transformadas em regionais para que possa ter um
178 fluxo de produção muito melhor. Gostaria de dizer que é uma obra de R\$ 14 milhões de reais e que os
179 equipamentos já estão nas caixas chegando, chegará a R\$ 20 milhões de reais. O fator não está só na obra, o
180 fator se chama qualificar nosso pessoal de cachoeiro de Itapemirim, hoje se analisarmos a questão da nossa
181 vocação regional, ela está em rochas ornamentais, disseram por muito tempo que as rochas ornamentais
182 sairia de Cachoeiro de Itapemirim, eu pergunto por que não saiu? Não saiu porque nós temos a metal
183 mecânica preparada em Cachoeiro de Itapemirim para atendimento, o norte do estado está com o granito
184 todo hoje, a nossa região de vocação hoje também é mármore em Cachoeiro. A medida que nós pararmos de
185 qualificar nossos profissionais metal mecânica e todas as outras áreas, a tendência nossa é perder
186 qualificação e automaticamente perder investimento. Então, nós hoje continuamos com nossa indústria que
187 emprega maciçamente em Cachoeiro de Itapemirim, porque temos qualificação no atendimento às máquinas
188 aqui instaladas. Hoje são todas estruturas que tira daqui e monta no norte, onde as máquinas vão junto.
189 Enquanto tivermos qualificação e a proposta da Federação das Indústrias, qualificando com quantidade cada
190 vez melhor, colocaremos no mercado qualidade profissional. Aqui está nossa gerente Claudia e temos feito
191 um estudo muito grande na grade curricular para andar junto com as empresas, levando as empresas à
192 discutir os projetos da grade curricular. A obrigação do SENAI é dar aquilo que a empresa precisa, a
193 Federação só existe porque existe as empresas. O dia que acabar as empresas acabará também a Federação
194 das Indústrias. Nós temos atendido não só as indústrias, como o PRONATEC que está hoje dentro desta área
195 totalmente do SENAI. Então, o que eu gostaria de dizer é que os sindicatos foram todos chamados para
196 discutir área física e discutir os equipamentos que estão chegando hoje para essa obra futura, Nós queremos
197 dizer aos senhores que queremos está com essa obra em 2016, se for aprovado o EIV, respeitando todos os
198 trâmites. Com nosso funcionamento em 2016, no primeiro semestre funcionando, outra coisa que gostaria de
199 dizer é que a redução ali já foi discutida com o DER. Nossos técnicos vieram de V para debater sobre o
200 assunto. Estamos aberto à responder qualquer necessidade que tenha, o que nós podemos dizer é que não
201 podemos perder esse empreendimento em Cachoeiro, porque temos município querendo que cachoeiro perca
202 para assumir. Estou à disposição e a Claudia, nossa gerente, está à disposição para qualquer resposta que seja
203 preciso. O Sr. Bira agradece pela oportunidade. **O Presidente Cidinei** agradece ao Sr. Bira por trazer a obra
204 deste porte. Diz acreditar que todos aqui, e cachoeiro receberá muito bem os investimentos. Sem dúvida
205 nenhuma é de grande valia. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz que as respostas estão o deixando muito
206 tranquilo, porque com o recuo na beirada do muro, se cria uma pista auxiliar e que não vai ter nenhum tipo
207 de problema, porque minha preocupação era de quem vem do Bairro BNH. As pessoas vão ter que utilizar a
208 rotatória, elas tem que se educar para isso. Então, ninguém pensa que vai atravessar pista para entrar,
209 logicamente que o DER não permite. Se está na mão do DER, são profissionais excelentes neste contexto de
210 trânsito, com certeza eles darão solução pela resposta que eu tive. O Sr. **Bira** diz que a nossa sede está na
211 frente, onde foi deixado um afastamento de 3,00 metros, para que futuramente qualquer necessidade que se
212 tenha, tenhamos recurso para se apresentar e dar condição. **O Presidente Cidinei** pergunta se pode partir
213 para aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança deste empreendimento. Pergunta se alguém é contra ou
214 se há alguma abstenção. A matéria é aprovada por unanimidade. **O Presidente Cidinei** apresenta o **quarto**
215 **ponto de pauta, que será feita pelo Servidor, Gestor de Projeto, Marco Aurélio Bogado** que esclarece
216 tratar-se de alteração de Zona de Uso em um trecho do Bairro Marbrasa, atualmente classificada como Zona
217 Residencial do tipo 01 para Zona Especial de Interesse Social - ZEIS. **Marco Aurelio** destaca o polígono só
218 da área do empreendimento, onde temos que fazer esse trechamento somente ali. Diz que causará impacto,
219 porque está bem controlado. Diz que o único trabalho que ficou faltando da nossa elaboração é o fechamento
220 do polígono com as coordenadas. Determinar isso é uma obrigação da lei, porque essa área recebe incentivo
221 de investimentos e algumas isenções perante o próprio PDM. Então, ela já esta contemplada numa
222 aprovação anterior, faltando apenas definir a área como ZEIS. **O Presidente Cidinei** pede à Marco Aurélio
223 para explicar o motivo da criação dessa ZEIS, porque é importante. **Marco Aurélio** diz que na verdade o
224 motivo é para atender as diretrizes do entorno do empreendimento que são a capacidade das vias. Como ela
225 vai acomodar o tráfego interno que vai ter um adensamento populacional grande nessa região e se fosse um
226 empreendimento com característica de loteamento, ele teria uma estrutura diferenciada. Como se trata de

227 uma obra de interesse social, ela tem que atender pela prerrogativa do CPDM em que seja transformada
228 numa Zona de Interesse Social. **O Presidente Cidinei** pede à Conselheira Marcela da SEMUTHA, que está
229 trabalhando também nesse projeto, explicar a parte a qual lhe compete. **A Conselheira Marcela** diz que essa
230 área compreende ao Residencial Esperança com 496 unidades, ou seja, 496 apartamentos para população do
231 programa minha casa minha vida, entendida como faixa 1 para população com até R\$1.600,00 reais. Então,
232 nessa área o déficit habitacional, lei da minha casa minha vida, nº 11977 /2009 estabelece que os
233 empreendimentos do programa minha casa vida, faixa 1 para população do interesse Social tem que está
234 dentro do Zoneamento de Interesse Social do Município, porque os índices deles para o parcelamento do solo
235 e futura escrituração pelo pessoal da SEMDURB tem maior prioridade para falar sobre isso, por questão da
236 escrituração por fração ideal de área construtiva, então por isso a necessidade de definir essa área como
237 ZEIS. **O Presidente Cidinei** diz que essa mesma metodologia foi feita por este conselho algum tempo atrás
238 no Bairro Gilson Carone, também para que pudesse concluir o processo e atender a todos requisitos impostos
239 pelo Banco Caixa econômica Federal. **O Conselheiro Mario** diz que por questão de informação, é só pra
240 saber sobre o que a Conselheira Marcela falou. Diz que Cachoeiro foi o município do Sul, pioneiro dentro do
241 estado em criar o Conselho Gestor de Habitação de interesse Social e agora o CPDM recebe essa demanda
242 da minha Casa minha vida. Diz que esse conselho está por hora desativado, e que o CPDM também tem a
243 responsabilidade junto com aquele conselho Gestor, que tem um fundo Gestor de Habitação de Interesse
244 Social dessas políticas públicas que está citado em tela. Como nós vamos proceder nessa política sem uma
245 prévia deste conselho anterior que citei agora, onde fazia parte o Conselheiro Carlos Camisão (CREA),
246 SINDISCON e outras associações. Então, só para pedir informação, a matéria que está em tela é de política
247 e transversal? como vamos proceder nessa situação, se temos um Conselho para fazer isso que está sendo
248 feito aqui agora? **A Conselheira Marcela** diz ao Conselheiro Mário que precisa ser esclarecido sobre esse
249 assunto sim. As questões de competência de Conselho, você está correto ao citar que já existe outro. A
250 finalidade e a competência do Conselho Gestor de habitação gerir atividades financeiras do fundo habitação,
251 competência para legislar matérias habitacionais que você esta postulando compete ao Conselho de
252 habitação, que não existe ainda criado em nosso Município. Todo Município que não existe conselho criado
253 de habitação, subsidiário do Conselho de habitação e o Conselho de Assistência Social para matérias de
254 habitação, então existe uma divergência na questão da finalidade do Conselho Gestor. O conselho gestor e
255 todos os conselheiros são fiscalizadores do Fundo, matéria de habitação e tratado por conselho de habitação,
256 como não existe o conselho de habitação criado no nosso município, nos temos o subsidiário de Assistência
257 Social, no caso em tela nós não estamos tratando matéria de habitação, nós estamos tratando matéria de
258 zoneamento que envolve uma população de interesse Social do programa minha casa minha vida. **O**
259 **Conselheiro Mario** agradece à Marcela. Diz que caminhou com essa informação e lembra que o CPDM tem
260 um fundo gestor que precisa ser implementado. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz que esse processo que
261 finda na verdade com entrega das unidades de moradia de interesse social, iniciou-se com a formação do
262 conselho do plano gestor de habitação de interesse social. Era um nome comprido que deveria estabelecer
263 uma concorrência que viesse a definir no Município de cachoeiro essas áreas de ZEIS. Quando falo de
264 município, engloba-se toda a área do município, inclusive distrital das áreas a serem definidas como áreas
265 em potencial para construção de habitação interesse Social. Essa etapa foi cumprida na época, fez a
266 concorrência a empresa ganhou, apresentou relatório e o relatório foi aprovado pelo conselho. Uma das áreas
267 era no Bairro Marbrasa e hoje o que estamos como Conselheiros é reconhecer essa área como área de
268 habitação de interesse Social que estava prevista lá na política de construção de habitação de interesse social.
269 Acho que o Mário tem razão quanto ao Conselho do Plano Gestor de habitação de interesse Social está
270 parado, ele tem que ser constituído. O secretário Municipal que trabalha na SEMUTHA é o presidente desse
271 conselho quando se iniciou. Então, ele que tem a responsabilidade de exercer sobre isso, porque ele vai
272 cuidar da implantação das unidades, efetivação deste plano. O Mário tem razão e é preciso levar para o
273 Secretário da SEMUTHA a responsabilidade que ele tem. **A Conselheira Renata** diz querer entender já que
274 tinha um programa para ser estabelecido e agora que a construção está pronta vai fazer a área ser
275 transformada em ZEIS. Acho que nos já poderíamos ter visto isso durante toda a construção. **O Conselheiro**
276 **Carlos Camisão** diz que a Secretaria que trabalha com habitação ficou responsável em cuidar de habitação
277 de interesse social, para isso existe a lei federal que define. Então, o ministério manda uma verba para que
278 faça um levantamento das áreas possíveis de ZEIS e agora tem outras áreas, qual o trabalho que esta empresa
279 fez? Primeiro faz um catálogo de toda aquela possibilidade de invasões, então aquela área é uma área em
280 potencial de habitação de baixa renda, cataloga e apresenta o relatório para o conselho e é aprovado, então,
281 essas áreas estão definidas. O problema é como a cidade obedece uma lei de Plano Diretor Municipal, essa
282 área tem que ser inserida como tal, às vezes é uma área escolhida na zona rural, que não é zona urbana ou
283 que está ali dentro da zona urbana, mas que é área de interesse social, podendo ser invasão ou é uma

284 tendência. É preciso urbanizar, porque se faz uma área de interesse social e urbaniza, deixa de ter aquele
285 pombal que se constrói por aí,. É por isso que foi feito esse trabalho, um relatório de muitas páginas, lemos e
286 verificamos todo relatório. **A Conselheira Marcela** diz que o Conselheiro Camisão colocou muito bem
287 sobre Conselho Gestor a possibilidade de áreas para receberem investimentos da área de habitação de
288 interesse Social. A finalidade do Conselho Gestor é realmente fiscalizar o financiamento no fundo, o que eu
289 disse que é matéria de conselho de habitação e quando vamos determinar o que é interesse social, no caso
290 aqui em tela, ela e tanto utilizada como instrumento de regularização fundiária para área já consolidadas,
291 como também na habitação de interesse social do programa minha casa minha vida ao serem apontado
292 empreendimentos para este publico do faixa 1, ele já deve iniciar-se e estar aprovado para ser de interesse
293 social, ficou claro? **O Conselheiro Mario** diz que tem uma preocupação, porque não estamos falando de
294 coisas tão simples, a parte do CPDM está sendo feito agora. Camisão citou o Município pagou por estes
295 estudos todo, e o conselho deliberou. Isso foi dinheiro publico. Nós do CPDM deveríamos pensar nisso la na
296 frente, porque estamos falando em Conselho de caráter não deliberativo, deliberativo para positivo, e o
297 nosso conselho é deliberativo para essas questões de habilitação de interesse social. Nós temos duas coisas
298 em tela e aqui dentro falou-se de conselho de habitação que não tem, como que levamos isso na politica?
299 Falamos aqui de habitação, estou defendendo o que é meu, da minha comunidade, das nossas comunidades
300 da periferia, esse conselho não está homologado ainda, ele está desativado, eu queria uma explicação mais
301 detalhada, mais consistente. **A Conselheira Renata** diz acreditar que nós realmente não podemos trazer para
302 este conselho a discussão que é da Secretaria de habitação, porque como instituições aqui representadas
303 devemos levar esta discussão para a Secretaria de Habitação. Aqui só podemos aprovar ou não questões da
304 legislação do PDM, porque se trouxermos para cá perderemos a legitimidade de estar discutindo aqui
305 questões anteriores ou posteriores a essa discussão. Então, quero pedir ao nosso presidente para depois
306 estabelecermos contato e nos formalizarmos entre a OAB, ajudando as instituições que participam deste
307 conselho de habitação, deste conselho gestor. Eu me disponho a contribuir e formalizarmos alguma coisa
308 para que não venhamos perder a legitimidade da reclamação, porque se começarmos a conversar aqui não
309 daremos andamento dessa situação. O que eu quero entender, desculpem a minha ignorância, é que se houve
310 um grande estudo e o empreendimento já está pronto, podendo ser construído somente em área reconhecida
311 como ZEIS, não podemos nem falar nada. Aprovaremos o que se já está construído? Por que não foi
312 apresentado este estudo anteriormente, deveríamos ter conversado antes de começar a construção. **O**
313 **Presidente Cidinei** diz responder com muita tranquilidade essa questão e responderei ponto a ponto. Talvez
314 perderei na técnica para ganhar na clareza. Foi questionado dinheiro publico para pagamento do estudo de
315 definição das áreas de ZEIS. Não sei como foi pago, só sei que foi feito o trabalho e esta área já esta
316 definida como ZEIS, pois esse bairro já estava contemplado, além do Gilson Carone e outros. Então, temos
317 vários bairros apontados, o que nós temos é que definir local exato, e o local é justamente onde está sendo
318 construído. O processo tem que ser definido até a conclusão. Ou seja, não tem ninguém atrasado, estamos
319 trabalhando justamente dentro do nosso cronograma exato, cumprindo assim a formalidade, o
320 questionamento é já está construído? e se eu falar que não? Toda Lei tem as formalidades para serem
321 cumprida e já foi definido lá traz, o que estamos fazendo agora é definindo com poligonais, questões
322 meramente técnica, porque eu não vou definir ZEIS para o bairro todo. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz
323 que o papel aqui como PDM, é dizer que aquela área ali está limitada como área de interesse social? **O**
324 **Presidente Cidinei** diz que foi apresentado ali pelo Marco Aurelio somente o perímetro do empreendimento.
325 **O Conselheiro Carlos Camisão** diz que poderia até ser maior para futura ampliação de habitação, mas nós
326 estamos aprovando a área somente da localização exata do empreendimento. Ou seja, além dessa área vai
327 continuar como Zona Residencial. **O Presidente Cidinei** diz não querer alongar mais, porque tem outros
328 pontos da pauta. Coloca em votação a proposta de alteração do trecho no Bairro Marbrasa para Zona especial
329 de interesse social. A matéria é aprovada por unanimidade, faltando agora definir os poligonais para jogar no
330 mapa. **O Presidente Cidinei** apresenta o quinto ponto da pauta dizendo tratar-se de proposta de alteração
331 da lei que trata sobre mobilidade Urbana. Eu vou passar para o Marcos Aurélio esclarecer sobre o assunto.
332 Existe a lei federal de mobilidade urbana, e o governo do estado contratou uma empresa para que estudasse
333 Cachoeiro de Itapemirim. A LOGIT que trabalhou em Cachoeiro, fez diversas audiências públicas,
334 participamos destas audiências e discussões, e as propostas que foram feitas para que possamos estar
335 enquadrados dentro do programa federal com a legislação federal. O nosso PDM não tem a previsão para que
336 os trabalhos sejam desenvolvidos, ou seja, nós temos uma legislação federal, nós temos um plano de
337 mobilidade elaborado pelo estado do Espírito Santo, mas o nosso plano Diretor Municipal não tinha aqueles
338 itens impostos pela legislação Federal para que possamos recepcionar as ações apresentadas pelo Governo,
339 ou seja, projetos, investimentos, melhorias. Nós temos um texto que foi copiado da legislação federal. Então
340 todo município tem que fazer menção à lei federal e isto está previsto lá no artigo 18 depois 24, paragrafo

341 3º, mostrarei todos eles. O que ele diz ali são as diretrizes e objetivos e esta destacado em vermelho porque
342 esta é a lei, conteúdo que estará presente na lei federal que nós estamos trazendo à Lei nº 5890/2006. (PDM).
343 **O Presidente Cidinei** diz: vale ressaltar que esta é a indicação feita pela equipe que o governo do estado
344 contratou para estar apresentando esta proposta. **Marco Aurélio** diz: Analisando o conjunto de leis que nos
345 já temos em nossas ações, o que já está constituído o município de Cachoeiro é um dos poucos que já atendia
346 vários elementos da mobilidade urbana, então tudo que está presente em vermelho ele está sendo transferido
347 para nossa menção da nossa Lei, o conteúdo que nos estamos obrigados a cumprir por isso a apresentação
348 nesta seção é que o Município ele tem a responsabilidade exposta no artigo 18, nas competências dele. Das
349 atribuições do Município, tais como planejar, executar e avaliar as políticas de mobilidades urbanas, bem
350 como promover implantação de serviços de transporte urbano, e isto nós já realizamos, prestar direta e
351 indiretamente por gestão associados serviços transportes públicos coletivos já tem dentro do nosso plano, e
352 capacitar pessoas e desenvolver questões vinculadas a política, então aí começa nosso compromisso com o
353 plano de mobilidade. Quanto aos prazos, está previsto no artigo 24. O parágrafo 3º deverá ser integrado ao
354 Plano Diretor Municipal existente ou elaboração num prazo de 3 anos na vigência dessa lei, então a lei foi
355 assinada 3 janeiro de 2012, ela entra em vigor em 100 dias, então isso nos dá aproximadamente 15 de abril
356 para regulamentar a nossa legislação. Agora, trarei a nossa legislação. A apresentação está sendo feita por
357 data show: Mostrarei em vermelho o que foi feito, o PDM é instituído em capítulos, então se cria ali o
358 capítulo A para tratar das diretrizes mobilidade urbana, então este capítulo é novo e vai ser inserido na lei,
359 tudo que vai ser feito ai não vai ser alterado será inserido. Ele diz que a política de mobilidade obedece aos
360 seguintes princípios que está lá presente na lei, todo os elementos foram extraídos da forma que está na lei
361 federal, este trabalho mais uma vez desenvolvido pelo pessoal da LOGIT ele tem expertise a nível de Brasil
362 para mais de 200 municípios com esta prestação de serviços e em alguns países também. Aqui a partir do
363 artigo 34 ele vai começar a trabalhar com os elementos obrigatórios que vai transferir as competências do
364 municípi, então ele abre dizendo que regulação do plano de mobilidade urbana efetivo, bem como
365 informações do sistema de mobilidade serão disponibilizados na página da prefeitura. Então hoje a prefeitura
366 já tem um plano de mobilidade que se chama Cachoeiro em Movimento que tratou de melhorias viárias,
367 obras de menor porte e efeito econômico, porque até o município não dispõe de recursos, a partir da
368 aprovação desta ferramenta o município está habilitado para pegar recursos junto ao Ministério das Cidades e
369 o último elemento da lei federal que eu mostro no final da nossa necessidade. Então o plano de mobilidade
370 estará tratando aqui neste programa, que será ação que o município terá que realizar em alguns casos, ele vai
371 ter que fazer um planejamento prévio para atender, mas a maioria destes programas creio que 60% deles já
372 tem alguma ação contemplada. De infraestrutura cicloviária nós estamos recebendo o primeiro modelo da
373 LOGIT, são 2 estudos que a LOGIT está entregando ao Município. Em outras palavras ciclovias são os eixos
374 que vão ser aproveitados, talvez como ciclo rotas, são situações de estudos que já foram apresentadas,
375 geralmente são rotas que vem das periferias se dirigindo ao centro que vão ser adaptadas. E qual vai ser o
376 dispositivo utilizado aí? O município vai fazer uma concessão no futuro ou vai trazer a responsabilidade ou
377 vai definir o modelo: ai tem que criar a política. Então para o programa de melhoria de infraestrutura
378 satisfatória de circulação nós já temos alguma coisa em andamento que é a calçada cidadã. Em todas as
379 reformas (de imóveis) já existe a previsão de adotar o modelo. O programa de melhoria de infraestrutura
380 transporte público está em andamento com a nova licitação, nós temos hoje um contrato que saiu no edital,
381 este contrato hoje cria várias ferramentas de controle para o município sobre a prestação do serviço, inclusive
382 com a possibilidade de fazer uma análise de índice de qualidade e rendimento de produção, adequação da
383 rede viária que é a melhoria de sinalização. Nós estamos já encaminhando, porque nós temos um tráfego, que
384 é tráfego de passagem, temos a gestão integrada com DENIT com o DER, então nós já encaminhamos para
385 melhoria do tráfego de passagem para ver se tiramos esse fluxo intenso de veículos. Este é um projeto já
386 encaminhado, rede de circulação e requalificação da área central, este programa nós recebemos de forma
387 integral. A LOGIT que vai contemplar a revitalização da Ponte Fernando Abreu até a Ilha da Luz pelo eixo
388 interno e externo, tanto sentido Beira Rio, como retornando a Bernardo Horta e as vias internas. O sistema de
389 monitoramento de bilhetagem, já está contemplado no plano da licitação, políticas de estacionamento serão o
390 próximo assunto que será tratado pelo município. Campanha de promoção do transporte não motorizado: isso
391 entra no planejamento das ciclovias, fortalecimento da segurança viária. Diminuir o número de acidentes são
392 campanhas educativas também estão prevista á frente, orientação técnica para novos loteamentos. Isso é um
393 trabalho que já vem ocorrendo atrás da política do EIV. A política de implantação dos polos geradores do
394 tráfego, vai ser aperfeiçoada. O programa de fortalecimento de organização institucional são os órgãos que
395 vão ter controle, tem previsão de um Conselho permanente dentro do CPDM, já está criando aqui essa
396 condição, programa de assistência e capacitação técnica, nós vamos desenvolver para trazer equipes para
397 treinar os técnicos do município, estratégia financeira de investimento em infraestrutura, isso aqui é uma

398 discussão que o município vai fazer também que futuramente nós vamos ter que ter subsídio para transporte
399 público. E de onde iremos trazer esse subsídio? Subsídio para política da reforma de calçadas, de acessos de
400 onde virá isso? Atuando a fiscalização no local poderemos tirar um percentual e trazer isso para dentro destes
401 fundos. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz: Todos os projetos têm que haver com a implementação desse
402 programa. **O Servidor Marco Aurélio** diz que na verdade eles tem que estar presente aqui e a partir disso
403 vira um plano de ação, e já existe um plano de ação, só que este plano teve um detalhamento em nível de que
404 seriam elementos obrigatórios. No momento das audiências públicas que nos discutimos com a população e
405 na licitação do transporte nós já discutimos todas essas condicionantes, a população participou e opinou
406 sobre tudo isso que vai acontecer, criação do sistema de informação do qual referendou o GPS, a informação
407 por celular então tudo isto que está previsto aqui. No momento das audiências públicas nós já tínhamos essa
408 informação e trabalhamos com a população. Foram 14 audiências públicas, todas elas registradas na
409 AGERSA. A regulamentação da infraestrutura de mobilidade deverá prever elaboração de programa de
410 arborização urbana, aí já tem ações que são multissetoriais, eu creio que nos já participamos de algumas
411 ações que o próprio município já está efetuando, deve ser ações de TACA (Termo de Ajuste de Conduta
412 Administrativo), que vai para fundos e esses fundos retornam por programa de requalificação mas isso
413 também vai ser discutido. **O Conselheiro Carlos Camisão** sugere o seguinte: com certeza ali nessa Lei está
414 previsto tudo aquilo, todos os cuidados, todos os programas. Eu queria sugerir que enviasse para nós, eu
415 tenho certeza que está perfeito, para nós economizarmos tempo aqui, é uma previsão, porque não existe com
416 certeza nada que prejudique a cidade, mesmo porque o Estado está cuidando disso através da LOGIT, não é
417 desqualificando o Marco Aurelio, porque é importante que você faça estes esclarecimentos, eu só estou
418 sugerindo que mande para nós aprovarmos e se tiver algum dúvida nós tiramos na próxima reunião. **O**
419 **Presidente Cidinei** diz: A minha preocupação conselheiro Camisão, é esperar para próxima reunião, porque
420 a partir da aprovação do Conselho nós juntaremos esse material da LOGIT, juntando as audiências públicas
421 que já tiveram, encaminharemos para o prefeito, e o prefeito encaminhar para a Câmara de Vereadores.
422 Todos concordam com a fala do conselheiro Camisão? **O Conselheiro Mário** diz: Eu sei que o trabalho ali
423 foi excelente, eu até participei de algumas reuniões, estamos discutindo o futuro da cidade na mobilidade
424 urbana, eu acho que deveríamos primeiro mandar para os conselheiros ter uma análise do conselho,
425 remetemos ao conselho para aprovação e se tivermos algumas coisas para ponderar a gente anota, porque o
426 que está sendo entregue ali é uma coisa de extrema importância para cidade. **O Conselheiro Carlos**
427 **Camisão** diz: Então eu retiro a minha fala, continua a leitura para gente aprovar. **O Conselheiro Mario** diz:
428 A minha proposta é enviar para os conselheiros, que é de praxe, lemos antes, damos uma analisada e depois
429 remetemos ao conselho para aprovação. **O Presidente Cidinei** diz: Só quero dizer o seguinte, são cinco
430 cidades no Espírito Santo, provavelmente quem vai conseguir isso vai ser Cachoeiro, porque nós discutimos
431 isso aqui hoje, Cachoeiro e quatro cidades ai eu não sei, eu estranho Mario só seguinte: acho que você
432 conhece isso aqui mais do que ninguém, porque se não me engano você participou de todas as audiências
433 públicas. **O Conselheiro Mario** diz: Não duvido que como Carlos Camisão falou, ali teve o envolvimento
434 de toda a massa da sociedade. Nós queríamos só refletir, ter o direito de olhar o papel e dizer: aqui estão
435 nossos pensamentos, nossas contribuições, porque no momento eu participei de todas as audiências públicas,
436 eu sei que estão ali algumas de nossas ideias. Não sei se vão estar algumas de nossas ideias ali. Digo isto
437 como representante de comunidades. **O Presidente Cidinei** diz: É sua opinião como conselheiro, mas
438 vamos ouvir os demais também. Porque nós precisamos discutir esse assunto hoje e sair daqui com a
439 tranquilidade que fizemos o nosso papel, então eu quero ouvir os demais conselheiros também, porque a
440 indicação da presidência é que seja analisado, que seja preciso gastar mais cinco ou dez minutos, mas que
441 nós possamos sair daqui com esse projeto apresentado, apreciado e votado se a maioria entender que deve ser
442 assim. Provavelmente nós vamos perder, mas vamos continuar correndo atrás. **O Conselheiro Mario** diz:
443 Estou fazendo o que o regimento me permite, se tivesse mandado para análise este material antes, eu
444 conselheiro Mario da UGT, não teria feito a abordagem que eu fiz a mesa diretora, só estou dizendo que
445 temos um assunto em tela de extrema importância para nós, se tivesse em nossa mão anteriormente, não faria
446 essa fala. **O Presidente Cidinei:** Muito bem vamos ouvir, e depois os conselheiros sem dúvida nenhuma
447 respeitando a sua opinião, mas eu tenho aqui mais 17 conselheiros que eu quero ouvir também. **A**
448 **Conselheira Renata** diz concordar com o Mario no seguinte sentido, a necessidade talvez de a gente
449 implementar nesse conselho a utilização maior dos meios eletrônicos para análise prévia disso aí, eu só não
450 posso me furtar de falar que realmente o Camisão tem razão, porque isso aí é uma simples inclusão de uma
451 Lei que está publicada desde 2012 e que é de amplo conhecimento de todas as pessoas, bom pelo menos o
452 que é no direito ninguém pode se furtar de fazer ou não fazer nada alegando que desconhece a lei, enfim é
453 necessário que isso seja incluído no nosso PDM, para que consigamos participar e auferir recursos do
454 Ministério da Cidade ou de quem quer que possa nos dar recursos para implementar esse plano e a gente

455 como é um órgão deliberativo consultivo, mas não podemos ser cerceador de nada que nos possibilite
456 conseguir recursos para implementação de qualquer política pública, eu concordo que isso deve ser
457 analisado, mas tendo em vista que estamos aprovando a inclusão dessa lei, não fecha as portas para que no
458 ato de apresentação da lei efetivamente sejam notificados pelos vereadores para que incluam outras
459 possibilidades, nós teríamos trinta dias para frente, mas isso não seria trazido ao nosso conselho novamente,
460 o que a gente está aprovando aqui é a alteração do PDM para inclusão no Plano Nacional de Mobilidade
461 Urbana. O que nós podemos incluir vai ser oportunizado na Lei, isso é só uma minuta ou eu estou errada? Eu
462 acredito que a proposta seria aprovar, mandar para os conselheiros, nós vamos estudar se tiver alguma coisa,
463 nós encaminhamos junto com a proposta do executivo para Câmara de Vereadores e até no dia da votação
464 convoque-nos para participar, mas eu acredito que de hoje isso não pode passar! **O Conselheiro Mario** diz:
465 Neste entendimento da conselheira Renata da OAB, me sinto contemplado na fala e retiro a minha proposta,
466 e peço à mesa diretora que toda vez que tiver algo polêmico, e não foi tão polêmico, porque os técnicos
467 cooperaram, são profissionais, seria de extrema importância que enviassem para os conselheiros
468 antecipadamente para nós avaliarmos. **O Presidente Cidinei** diz: O que eu iria falar no momento da fala da
469 Renata é justamente isso, este assunto está sendo discutido, mas concluído não tem mais que uma semana.
470 Segundo Marcos a conclusão deste trabalho não tem mais que uma semana que a LOGIT fechou, apesar de
471 com todas as discussões, a questão de tempo é algo que nos aperta também. **Marco Aurélio** diz: Na
472 verdade nós pedimos autorização para divulgar o trabalho para vocês, nós não recebemos a entrega deste
473 produto, este produto vai ser entregue na segunda semana de março pelo Governo do estado ao Município,
474 o que nós estamos fazendo? Por sermos membros efetivos da comissão, representante do município e
475 conhecendo a condição de prazo que nós temos um conselho instalado, tínhamos que trazer essa notícia para
476 vocês, pedimos autorização aos órgãos gestores para fazer essa proposta, pedimos autorização ao Prefeito e
477 conseguimos fazer o encaixe da pauta, porque senão teríamos que pedir uma audiência e fazer uma discussão
478 e muito próximo da decisão da Câmara também. O presidente da casa chegou, eu já comuniquei a ele que
479 pode levar um grupo. A gente vai fazer uma reunião mostrando que isso aqui não representa nenhum
480 impacto, o único impacto que isso representa é nos habilitarmos para pegarmos recursos federais, e a
481 proposta que está lá no final. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz: A proposta da Renata vai ao encontro
482 exatamente da que eu fiz, por saber que é uma inclusão de possibilidades para o futuro: é o que nós estamos
483 fazendo, uma inclusão de possibilidades de inclusão de mobilidade urbana para Cachoeiro. Como tem que
484 passar pela Câmara dos Vereadores o que eu pensei: bom, se não foi nos encaminhado pra gente dar uma lida
485 e ficar a par do assunto, nós podemos fazer a aprovação, porque é uma coisa que está somando e se tiver
486 alguma sugestão, abrir a possibilidade em uma sessão seguinte, dizer se tem alguma sugestão para este
487 artigo. **O Presidente Cidinei** diz: Então podemos continuar a leitura ou podemos votar e encaminhar aos
488 senhores? **Marco Aurélio** diz: Eu coloquei em destaque vermelho ali a lei federal. Os municípios que não
489 tenham elaborado o plano de mobilidade urbana até a data da promulgação da lei, no caso os três anos, ficam
490 impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados a mobilidade urbana, ou seja, que nos já
491 temos ele colocado. **O Presidente Cidinei** diz: Com todo aperto Cachoeiro de Itapemirim, nós estamos em
492 dia com nossas obrigações com governo estadual e federal, este Conselho sem dúvida nenhuma ele é um
493 Conselho que merece elogios e isso é observado por quase todos os municípios do Estado do Espírito Santo,
494 eu recebo ligações direto de outros municípios para pegar modelos daqui deste Conselho, então este mérito é
495 de vocês por este trabalho, e está mais uma vez aqui a prova que Cachoeiro está saindo na frente. Podemos
496 abrir a votação? Quantos estão de acordo com a inclusão do texto da Lei 5890/2006? Unanimidade mais
497 uma vez, então está aprovado, e em seguida estará sendo encaminhado para os senhores o texto de forma
498 integral. **A Conselheira Renata** diz: Envia uma cópia do PDM já atualizada. **O Presidente Cidinei** diz: Eu
499 quero dizer para os senhores que na próxima reunião provavelmente aquele tão sonhado link do PDM estará
500 na página inicial, já tratamos disso e falaram que vão fazer isso mesmo com tudo atualizado. Inclusive esses
501 assuntos que estão sendo discutidos serão colocados lá e terá um servidor lá alimentando as informações.
502 Neste momento é apresentado **o sexto ponto da pauta**, referente a Proposta de definição de Zona de Uso
503 para localidade de Córrego do Óleo e Moitãozinho, isso também já discutido em reuniões anteriores e para a
504 apresentação a engenheira Maria Goreth Camisão, onde coordenou este trabalho de definição de mapa que
505 o assunto já foi apresentado, e os conselheiros já aprovaram, ficaram satisfeito com essa iniciativa e aqui vai
506 ser apresentado a definição técnica que vai ser incluso também no nosso mapa nos dados do site da
507 Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, em alteração conseqüentemente dos anexos do PDM para podermos
508 recepcionar melhor as empresas que foram, estão sendo e que serão instalados nessas localidades. Só
509 lembrando que estamos no item de número 6 e temos ainda mais um que é importante falarmos. **Maria**
510 **Goreth Camisão** diz: Este é o mapa de expansão urbana de cachoeiro de Itapemirim, em vermelho é a
511 expansão, em azul é o limite dos bairros. Inicialmente o secretário nos pediu para fazermos um estudo dessa

512 área, que é o Córrego do óleo, onde tem uma estrada que vai para Atilio Vivacqua, tem uma estrada que vai
513 para Moitãozinho, e temos também o Córrego dos Monos. Então a área inicial a ser estuda ia ser só essa aqui
514 (Córrego do Óleo), só que nós técnicos pensamos o seguinte, a cidade começa crescer desordenadamente,
515 porque não tem estudo de zoneamento em alguns pontos, então pensamos o seguinte, porque não fazer o
516 estudo nessa região aqui, na área de São Joaquim nós já fizemos, então pensamos fazer este estudo até aqui,
517 inicialmente o pedido foi para aqui e fizemos este estudo todo aqui, essa estrada que vai para Muqui e aqui
518 vai para Atilio Vivacqua. Então o mapa de Zoneamento ficou assim, nós assentamos com o pessoal do meio
519 ambiente, com Fabiana e detectamos alguns locais com áreas de elevação muito alta e com matas virgens,
520 que no caso é aqui antes da entrada de Moitãozinho, do outro lado também é o Morro da Andorinha que é
521 muito alto, e no parcelamento de Solo do Plano Diretor, não permite parcelamento acima de 30%, então isso
522 tudo foi observado, pensamos o seguinte. Neste momento **Carlos Camisão** pergunta: Só uma dúvida,
523 parcelamento de solo com inclinação acima de 30%? **Maria Goreth Camisão** diz: Então esse seria o local
524 inicial de estudo, pensamos o seguinte vamos estudar e propor alguma coisa, mesmo que depois altere-se
525 este mapa no futuro, porque os técnicos do meio ambiente irão fazer um estudo mais criterioso, porque eles
526 não tiveram uma equipe apropriada agora para fazer este estudo, porque a equipe estava ocupada, então
527 fizemos um estudo, definir alguma coisa para cidade, antes que coloquem alguma empresa em algum lugar,
528 aonde a área não tem nada definido, mas, pelo menos, nós faremos um estudo de zoneamento, então ficou
529 dessa forma, a estrada que vai para Atilio Vivacqua onde tem aquelas indústrias ficou classificada como
530 Zona de atividade dinâmica do tipo 3 (ZAD-03). A Zona de atividade dinâmica 3, ai alguns perguntaram o
531 porque vamos classificar como Zona Industrial. A zona de atividade Dinâmica 3, pode qualquer tipo de
532 comércio, só para ter uma ideia a Jones de Santos Neves é uma ZAD 03 e pode indústria ate do tipo I4, não
533 permitindo I5. Então se colocarmos só porque tem indústrias aqui como zona industrial, nós já temos Distrito
534 Industrial em São Joaquim, e que poderíamos também estudarmos um local para ser industrial, mas
535 simplesmente transformamos em Industrial, só porque tem algumas indústrias, estaríamos permitindo muita
536 coisa impactante, então ficou como Zona de Atividade Dinâmica 03. A estrada que vai para Moitãozinho e a
537 outra que vai para Córrego Óleo colocamos como zona de atividade dinâmica do tipo 01. Para vocês terem
538 ideia, a Rua Lacerda de Aguiar, pode tipos de comércio, indústria (vamos dizer aquele de fundo de quintal)
539 aquela indústria menor, então dá até condições para abastecer alguma coisa da ZAD03. Neste local aqui
540 aonde tem Industrias, nos permanecemos como Zona de Atividade dinâmica 03 também, já está ocupada, e
541 aqui zona de atividade dinâmica 01 para dar suporte comércio, as indústrias que vão se estabelecer aqui , já
542 estão no caso. Aqui temos o Aeroporto nos preservamos aqui Zona aeroportuária já pensando na ampliação
543 do aeroporto , aqui tem uma altitude muito grande e mata virgem, essa estrada que vai para Muqui ficou
544 como ZAD 03, e as estradas que tem que liga a córrego dos Monos preservamos como ZAD 01, para liberar
545 qualquer tipo de residência, vocês podem perguntar , mas que gabarito que é isso, o gabarito no Plano
546 Diretor ele é classificado por bairro , como aqui ainda vai ser ainda estudado os bairros ainda vai ser
547 classificado o gabarito, então ninguém precisa da preocupação de que ira ficar muito alto, isso será um
548 estudo á parte do gabarito. **O Presidente Cidinei** pergunta se isso significa que os empresários e
549 empreendedores que querem ali estrada do Córrego do óleo, aquelas estradas que saem da pista que entrem
550 em alguns terrenos para dentro e queiram instalar suas empresas de mármore e granito que é a nossa
551 particularidade , serrarias, depósitos de chapas, depósitos de blocos, isso significa que com essa
552 classificação, com essa definição terá a possibilidade de forma mais tranquila , diferente do que existe hoje?
553 **Maria Goreth** diz: Olha a ZAD 03, ela permite até I4, e aqui entra aparelhamento de pedras, agora
554 extração de pedras seria I5, mas junto com a extração de pedras você tem fabricação de material bélico, você
555 tem uma usina nuclear, então o tipo de indústria que tem lá, vai dar essa possibilidade. **O Presidente Cidinei**
556 **diz:** Ela já tinha me apresentado este projeto, mas eu fiz essa pergunta para que todos os conselheiros posam
557 entender e ficar gravado de forma do que é a demanda , que a população os empresários empreendedores
558 estão almejando para aquela região que é uma característica ali. **O Conselheiro Jairo** diz: Eu tenho muito
559 interesse nessa área porque eu tenho muito tipo de obras e muitos clientes nesta área, achei muito
560 interessante o que você falou, junto a estrada, o que está faltando você definir quantos metros do eixo da
561 estrada, hode um terreno para maioria eu preciso de 50 a 100 mt para eu fazer uma empresa do setor do
562 beneficiamento, mas muitas vezes eu posso ter um terreno atrás deste e não esta diretamente na BR, não está
563 diretamente na estrada, então e muito importante você definir a faixa de domínio dos dois lados que eu posso
564 ocupar, até quantos metros. **Maria Goreth:** Como eu disse anteriormente foi feito um estudo prévio, que
565 este local tem muita mata e muito altitude com o pessoal do meio ambiente, eles ficaram de definir o que nos
566 já tínhamos pensado nisso, essa ZAD 03, inicialmente colocamos 300 metros do eixo, o que eu falei com
567 Fabiana e demarcar, porque de repente nos diminuimos essa zona de proteção ambiental, para aumentar
568 alguma zona residencial, zona de atividade dinâmica 01, atrás da 03 com uma via atrás, então ficou do meio

569 ambiente, nos ate pensamos em um outro projeto a distância 200 ou 300m, alguns eu já tinha colocado, o
570 técnico tinha feito a proposta ate com 300m, mas como não tinha esse limite da mata porque precisamos
571 desse projeto mais minucioso do meio ambiente, nos deixamos dessa forma. **O Presidente Cidinei** diz: O
572 que eu quero frisar também, e que independentemente de 100, 200, 300, 500 m o que é APP, vai ser
573 respeitado, e cada empreendimento, cada licença de construção ou instalação da via isso vão ser observados
574 os critérios ambientais, sem dúvida nenhuma. Não será junto a via, tem essa margem sim, senão fica sem
575 função a Lei. **Maria Goreth**: A lei e assim ZAD 03, uma faixa aqui ZAD 01 aqui para quem comprasse
576 terrenos de fundos, mas ficou esse problema de definição da zona de proteção, eu ate queria alertar aos
577 conselheiros o seguinte: Mas muitos anos atrás nós pedimos ao meio ambiente documentado que fosse
578 estudado as áreas, nos temos um mapa no plano diretor de preservação, e no mapa está assim, você uma a
579 'rea de zona natural só que no local não existe mais, então pedimos um novo estudo destes locais, então
580 nesse estudos que a SEMBURB fez e o meio ambiente fará e vai ficar mais atualizado, nos estamos partindo
581 para estudo de zoneamento em outro local que eu recebi da Câmara um pedido de estudo perto da Safra, pois
582 naquela região a população não recebem correspondência, então depois o meio ambiente vai pegar também
583 essa área, então de qualquer forma está sendo bom pois está forçando ao meio ambiente a estar também
584 mapeando essas áreas de preservação. **O Conselheiro Jairo** diz: Como sugestão eu acho muito difícil
585 Goreth você definir uma faixa 100 ou 200 m, vai ficar difícil para o meio ambiente e vai ficar difícil para
586 vocês, vai ter local que eu posso ocupar 50 m, ou 100, ou 200m, escrever um texto e não definir faixa, desde
587 que não atinjam o APP, desde que não atinja uma área de preservação junto a via e não atinja uma APP, eu
588 acho que é até mais fácil do que você definir uma faixa de fora. **A Conselheira Fabiana** diz: Só
589 complementar a fala da Goreth quero ressaltar alguns detalhes que tem no PDM. O PDM tem a ZONA
590 natural e as ZPA, a Zona natural nos só temos os mapas de preservação, só que no texto do PDM você não
591 encontra a definição do que seria essa Zona natural, você só tem no mapa, e muitas dessas zonas naturais já
592 estão totalmente descaracterizadas, já tem ocupação urbana, então não seria o mais apropriado para o caso ali
593 a gente definir como Zona natural mas sim como ZPA. As ZPA ela tem 3 tipos, 1,2,3 que diferenciam pelas
594 finalidades e pela proteção de que quer dar a uma determinada área, então a princípio nos definimos as ZPA,
595 posteriormente vamos especificar qual tipos de ZPA, que deve ser enquadrada naquela área, lembrando que
596 as áreas de preservação, como Jairo falou as APP'S, os fragmentos florestais já são protegidos por leis
597 federais, então independente do que nos fizermos aqui, tem que ser observado a lei federal, e a proposta do
598 Jairo e uma proposta legal que a gente pode estar avaliando, de deixar o zoneamento, e quando for
599 encontrado uma área de preservação, uma área de fragmento que se faça a avaliação e que não se faça a
600 intervenção sem consultar o órgão ambiental competente. **A Conselheira Renata** diz: Só para esclarecer, se
601 você alterar esse mapa onde diz ter zona natural, ali então ela já deixou de existir? **O Conselheiro Carlos**
602 **Camisão** diz: Eu só quero reforçar a nossa lembrança, nós estamos passando por uma crise que eu venho
603 falando dela já há muito tempo. Se nós tivéssemos uma seriedade dessa crise , nos transformaria aquilo tudo
604 ali em floresta, mas não vamos fazer isso porque a cidade precisa crescer, então existem coisas como a
605 Fabiana falou, matas, córregos, APP, que nos precisamos de alguma forma catalogar e preservar, então eu
606 penso que nós podemos aprovar o zoneamento, mas nós temos que ter algum documento do meio ambiente
607 definindo isso, porque amanhã ou depois estaremos mortos, e quem estiver vivo e tiver outros interesses que
608 não seja coletivo e da humanidade, pode querer invadir uma área dessa de preservação, uma lagoa que pode
609 existir ali, aterrar para fazer empreendimento, então nós precisamos ter juízo, porque à água está acabando, e
610 nós temos que preservar aquilo que já está ali. Então o que eu sugiro é que podemos aprovar o zoneamento,
611 mas amarrar em um compromisso, no próprio zoneamento, de que o Meio Ambiente (SEMMA) fica
612 encarregado de num prazo "X", antes que se aprove na Câmara de Vereadores, que entregue ali a
613 demarcação ou a coordenada daquelas áreas, eu fico preocupado com as duas coisas e a cidade precisa
614 crescer, mas nós precisamos preservar ali olho d'água, ali tem nascente, porque eu conheço, ali naquela área
615 tem um projeto inclusive de extração e produção de recortado do mármore, de altíssima tecnologia que tem
616 condição de cortar um metro (1,00m) das casas sem fazer barulho e sem prejudicar, a tecnologia
617 avançadíssima, então nós não podemos impedir uma indústria dessa, mas também não podemos deixar de
618 definir áreas, eu acho que o meio ambiente tem que tomar para si, está sendo demandado como falou, e
619 muito bom ser demandado, porque Fabiana sai daqui e fala para o Secretário que fomos demandado e o
620 Conselho inteiro é testemunha, de que foi falado que nós precisamos definir, então isso vai estar registrado,
621 amanhã ou depois não pode dizer que nós não estamos preocupados com essa responsabilidade que nós
622 temos para as gerações futuras. **O Presidente Cidinei** pergunta: Goreth você precisa de concluir mais
623 alguma coisa? **Maria Goreth** diz: A única preocupação que eu tenho do meio ambiente não mapear, é
624 como o Conselheiro Carlos Camisão falou, amanhã não estamos aqui, vai desmatando e ninguém vê, eu acho
625 que tem que colocar, aonde dá para colocar 300 metros, porque essas indústrias, o Jairo tem razão que tem

626 que ter um apoio por exemplo e comércio próximo, mas que é interessante a demarcação do meio ambiente
627 porque no escurecer lá o pessoal corta e desmata. **O Presidente Cidinei** diz: são 11:30h e pelo regimento
628 interno finaliza ou pergunta ao plenário para prorrogar mais 30 minutos se assim concordarem. **O**
629 **Conselheiro Mário** diz: Carlos Camisão citou uma coisa ali interessante, que na área a gente conhece
630 bastante também, aquela área fazia parte da minha infância que hoje já não tem mais por exemplo o
631 campinho, e ali tinha diversos mangues que não existe mais, córregos que ali realmente transbordavam com
632 chuvas pequenas e ali tem grandes misturas de comércios, rochas ornamentais, e de outro lado espaço rural,
633 então realmente o meio ambiente Fabiana, eu sei que não tem ainda estrutura que vocês sonham, mas e
634 preciso ter atento naquela região, não somente ali como também em outras regiões, o setor de rochas
635 ornamentais precisa crescer e de lugar para investir, e chega compra o terreno e investe e o meio ambiente irá
636 falar o que depois? Acho que tem que definir as áreas do que pode, onde pode, porque essa área já esta toda
637 bagunçada no popular “uma bagunça”. Acho que o meio ambiente tem que se posicionar e ter um olhar
638 diferenciado. **A Conselheira Renata** diz: Presidente o que eu queria dizer e acho que todos sabem aqui, o
639 meu marido é o proprietário da RPPN que fundou a maior área de mata atlântica do sul do estado do Espri
640 o Santo, em área de pessoa física é a maior na área do Espírito Santo em área de mata em sua totalidade, E ai
641 ele me trouxe uma reflexão que eu quero colocar aqui. "Você bate de frente com o trator no seu Uno Mille,
642 quem ganha? Não há como o homem dizer que quer defender o meio ambiente, o meio ambiente consegue se
643 defender, o homem está querendo proteger o próprio homem isso e claro, aqui ali um trabalho muito bem-
644 feito, previsível e despontando para um crescimento ordenado do município deve ser encarado como
645 seguinte, é possível fazer não quer dizer que vai ser feito, porque eu com a minha pequena lanchonete eu
646 tenho que vir pedir autorização para vigilância Sanitária, etc. O que eu sei que são cinco órgãos que eu tenho
647 que pedir para instalar para fazer um salgadinho, ora mesmo que seja permitido na área uma instalação de
648 uma empresa o município tem que se manifestar e o meio ambiente tem que falar, a secretaria da fazenda
649 tem que falar e depois isso pode mudar também, porque daqui a quatro anos obrigatoriamente o PDM tem
650 que se readequar e realinhar, então eu não temo prever as possibilidades eu acho que é obrigação do
651 Conselho Prever e ordenar as possibilidades, prever e trazer novas tecnologias dentro das possibilidades isso
652 eu não temo, acho que a nossa linguagem tem que ser vamos preservar e cuidar do homem porque a natureza
653 ela vai, foi em São Vicente, a chuva acabou com tudo porque eles não respeitaram, não há como brigar com
654 a natureza, isso pra mim é pacificado, eu acho extremamente importante a fala do Conselheiro Carlos
655 Camisão de reforçar a responsabilidade de Secretaria do Meio Ambiente de liberar ou não de fiscalizar ou
656 não, e para uma boa fiscalização o trabalho tem que ser feito antes, tem que ser divulgado antes e para
657 quando alguém vier dar entrada na prefeitura para alguma atividade dizer, olha apesar da área permitir, não
658 há mais lugar para sua empresa naquela área. É simples assim, o trabalho tem que ser antes, mas sem deixar
659 de estar previsto as possibilidades ali, porque o crescimento do nosso Município tem que ser ordenado e eu
660 acho que pela primeira vez, vejo que lá atrás quando eu disse que deveria ser feito os zoneamentos já em
661 sequência, por contas da criação da Rodovia do Contorno, que nós já trabalhamos nisso, eu bati na tecla não
662 vamos deixar para zonear em cima da hora e eu fico satisfeita de ver que isso está acontecendo de uma forma
663 seccionada, mas não parou o trabalho. Então a OAB, acredito que o Niltinho se estivesse aqui falaria a
664 mesma coisa comigo, apesar que mais ambientalista do que eu, perdi o encanto com essa questão ambiental,
665 porque eu acho que floresta e mata e tudo, o Rio Mutum não teria secado, passa do lado da maior floresta do
666 Sul do Estado e o rio secou, ora se floresta trouxesse água o rio não teria secado, então nós temos que ver
667 que tem algo muito maior do que as nossas possibilidades podem prever, mas eu acredito que a fala do
668 Conselheiro Carlos Camisão é para que o Município na questão Ambiental seja previsível. **O Presidente**
669 **Cidinei** diz: A proposta é votar então neste projeto e claro na menção de remeter a Secretaria do Meio
670 Ambiente, isso vai estar lá, isso é claro, é um procedimento já ordinário. Podemos votar? Proposta de
671 definição de Zona de uso para localidade córrego do óleo e Matãozinho, conforme apresentado pela
672 Engenheira Maria Goreth Camisão e pela equipe, eu quero parabenizar. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz:
673 Só quero esclarecer o procedimento de fato e ordinário. Tenho certeza da responsabilidade que o Senhor
674 presidente tem em condição de secretaria, mas o que eu chamei atenção da responsabilidade, porque a
675 Secretaria do Meio Ambiente esta ouvindo que nós estamos aprovando o Zoneamento e que depende dela
676 para poder definir aquilo que é imprescindível, reserva mundial de água, área de APP, é a responsabilidade,
677 estou chamando mais a atenção do meio ambiente para ser recíproco nessa responsabilidade. **O Presidente**
678 **Cidinei**: E preciso que fique claro também a quantos metros essa área vai abranger do eixo da pista, do eixo
679 da estrada principal é 300 metros mesmo ? É isso? Antes de votar eu quero parabenizar a equipe que
680 trabalhou muito, chego cedo na secretária e principalmente para fechar este trabalho, a equipe já estava lá
681 antes trabalhando nisso, não vou citar nomes de todos que participaram, porque foram muitos e este trabalho
682 vai continuar. Tem Itaóca, que precisamos de trabalhar, Safra, então todas essas regiões, aquela proposta está

683 sendo encaminhada e executada pela equipe, então vamos votar, todos estão de acordo e aprovam a definição
684 desta Zona de Uso? A matéria foi aprovada por unanimidade. Então Goreth e só dar encaminhamento para
685 alteração dos mapas e anexos. Neste momento, **o Presidente Cidinei** faz a apresentação **do sétimo ponto da**
686 **pauta:** Solicitação de audiência Pública para apreciação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) do
687 empreendimento Residencial Manhattan, este empreendimento já passou aqui á algum tempo, o estudo de
688 impacto de vizinhança também foi apresentado, e foi aprovado e eu recebi um abaixo-assinado que diz o
689 seguinte: Abaixo assinado cidadãos em número superior a 50, todos residentes e domiciliados nessa cidade,
690 documentos de identidades inseridos ao lado das respectivas assinaturas, comparecem na forma do artigo 10
691 da Lei Municipal 6649/de 15 de junho 2012 para requerer a realização de audiência pública, para apreciação
692 do estudo de impacto de vizinhança relativo ao empreendimento residencial Manhattan no Bairro Gilberto
693 Machado nessa cidade, pede o deferimento Cachoeiro de Itapemirim 3 de dezembro de 2014, eu estarei
694 fazendo a leitura do artigo mencionado. O Art. 10 da Lei do EIV diz que: Os estudos de Impacto de
695 Vizinhança que resultarem medida mitigadoras externas ao empreendimento terão um parecer técnico no
696 que se refere a essas medidas, elaborado pela SEMDURB encaminhado ao Conselho do Plano Diretor
697 Municipal juntamente com os estudos e com seus respectivos relatórios de EIV. O Paragrafo 7º do artigo 10
698 diz: O CPDM após análise do EIV do parecer técnico elaborado pela Comissão Técnica e após audiência
699 publica quando solicitada emitirá um relatório que terá caráter deliberativo no processo de concessão de
700 licença autorizações e alvarás pelo poder executivo Municipal. Inciso primeiro: sempre que julgar necessário
701 ou quando for solicitado por entidade civil , pelo Ministério Publico ou por 50 ou mais cidadãos, o CPDM
702 promoverá a realização de audiência Pública. Inciso segundo: a divulgação da audiência pública do que trata
703 o caput do artigo será realizado através de publicação no diário Oficial do Município, divulgação no site
704 oficial, no jornal de divulgação e outros meios de comunicação no prazo no mínimo de 15 dias de
705 antecedência de sua realização. Inciso terceiro: Na audiência Pública deverá ser facilitada a compreensão do
706 estudo a ser apresentado por meio da linguagem acessível e ilustrativa de modo a possibilitar o entendimento
707 da vantagem e desvantagem, bem como as consequências da implantação do empreendimento. Inciso 4: Os
708 estudos deverão permanecer da população em lugar de acesso publico durante 15 dias contados da
709 publicação do edital e audiência pública. Paragrafo 8: foram mencionados no caput desse artigo serão
710 publicados no site da prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Esta petição está com 15 páginas
711 totalizando 138 assinaturas eu recebi, provavelmente no mês de dezembro não recordo o dia, apos nossa
712 reunião e eu trouxe ao conhecimento dos senhores e a dúvida é: um empreendimento que já foi aprovado a
713 bastante tempo o EIV aprovado também a bastante tempo, contrapartida imposta executada e cumprida pelo
714 empreendedor, e o que eu fiquei na dúvida e eu gostaria que a OAB me ajudasse nesse sentido é, a qualquer
715 momento posso pedir audiência pública? Ou tenho um prazo estipulado que eu não consegui enxergar isso na
716 legislação, eu gostaria que sáisse o encaminhamento dessa reunião a respeito desse assunto para uma maior
717 discussão. **A Conselheira Renata** diz: Eu não tenho certeza do prazo, porque o prazo é enquanto estiver
718 publicado o EIV e a implementação eu acredito que haja um prazo, mas eu acredito que a Lei não pode ser
719 tão fria de ouvir 150 pessoas de um bairro que estão sendo impactadas por um empreendimento, até porque
720 ouvi-los não vai mandar demolir o prédio, trazer o empreendedor aqui para explicar , porque a gente tem que
721 levar em consideração que o impacto da construção assusta muito mais que o impacto depois da obra pronta,
722 as vezes eles estão apreensivos com o problema da construção, vai engenheiro, vai obra e é muito barulho ,
723 eu acredito que nos temos primeiro assentar , se queremos resolver o problema chamar o empreendedor ,
724 chamar o presidente da associação de moradores , vamos ver a pauta e ver o que eles querem, e deixar claro
725 o prazo de vocês para propor isso ja acabou, mas a secretaria não pode se furtar a tentar promover uma
726 conciliação, e talvez um realinhamento , porque o prédio e da Lorenge ,e com certeza não quer ficar
727 queimada na cidade , de que não atendeu , então eu acho que há interesse do município, da comunidade e da
728 Lorenge , eu não vejo vedação legal nenhuma de realização dessa audiência , só que o resultado dela
729 esperado não poderá ser implementado. **O Presidente Cidinei** diz: Eu entendi , não sei se eu entendi errado,
730 a proposta seria chama para uma conversa a empresa, os representantes ou ate mesmo os 138 pra ouvir, qual
731 é a demanda para após então fazermos audiência pública , marcar e cumprir todas as formalidades da lei,
732 seria isso a ideia? A Conselheira Renata: A ideia que eu dei é essa , porque fazer uma audiência pública para
733 analisar o EIV , ela já não teria mais o efeito , já está aprovada, não existe não foi solicitada, então nos
734 temos que deixar claro , que a audiência pública pode até ser para apresentar um realinhamento, mas não vai
735 interferir em nada na construção ou no impacto. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz: É importante ressaltar
736 nessa fala e muito modestamente, toda a reunião do CPDM ela é publicada e é pública, e este calendário e de
737 conhecimento publico também e a pauta e publicada antecipadamente? **O Presidente Cidinei** diz: Ela é
738 encaminhada aos conselheiros só. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz: qui dentro da representatividade e ela
739 é ampla, o que deve olhar o que foi dito, depois de aprovado EIV, depois de quase tudo pronto ainda cabe o

740 instrumento da audiência pública que deveria ter sido pedido antes? Na análise do EIV, onde ouve o impacto
741 de vizinhança, onde envolvia vizinhança e que de certa forma não poderia desconhecer, porque estava sendo
742 votado aqui o EIV do empreendimento, então eu estou com a Conselheira Renata, acho que deveria talvez as
743 pessoas envolvidas, que é o empreendedor da associação de moradores, que deve ter o seu representante, na
744 secretaria para ter primeiro essa conversa. **O Presidente Cidinei** diz: Eu quero mencionar também que foi
745 encaminhado ao Ministério Público, chamá-los também para essa reunião. Eles me convocaram também
746 através de ofício. **O Conselheiro Jairo** diz que a Conselheira Renata está coberta de razão, se a nossa
747 atitude é caminhar dessa forma, nós não vamos andar, o impacto da construção é muito maior do que a
748 construção, nós não vamos construir mais nada, então nós temos que tomar muito cuidado com isso. **O**
749 **Conselheiro Ruberval** diz: Eu concordo com Renata e com Jairo, é importante nós ficarmos atentos, tem a
750 estabilidade jurídica, e nós não podemos tirar a estabilidade jurídica do empreendimento, se não ninguém vai
751 querer investir na cidade, o momento próprio de decidir isso era no EIV, naquele momento, agora o
752 empreendimento está quase pronto e a essa altura criar uma estabilidade jurídica para o empreendedor, nós
753 respeitamos o ministério público, respeita a comunidade, mas tudo bem podemos até ouvir, no meu
754 entendimento não vejo nenhum objeto. **O Conselheiro Professor Bessa** diz: A minha contribuição é com
755 uma representação destes associados não vieram todos. Que o grupo constitua uma comissão num
756 contingente menor. **O Conselheiro Rogério** diz: Eu acho que é de direito deles, talvez esteja acontecendo
757 algum conflito de comunicação e eu concordo completamente com a Renata, e cabe a nós dar oportunidade
758 como conselheiros, como conselho pleno, escutar a comunidade, talvez eles não tem nem acesso aos
759 diretores, nós não sabemos o que está acontecendo, nós como representantes da sociedade civil organizada,
760 nós não estamos sabendo dessa situação. **O Presidente Cidinei**: Eu acho que é interessante
761 encaminharmos, e está encaminhando um ofício para o representante da empresa, vou encaminhar o ofício a
762 FAMMOPOCI, para poder dar legitimidade e também ao representante deste abaixo assinado, irei
763 encaminhar ao Ministério Público e vamos estar agendando essa reunião e comunicando aos conselheiros
764 para estarem participando. **O Conselheiro Carlos Camisão** diz: Eu só queria sugerir senhor presidente
765 todo processo para aprovação cronologicamente seja levado, em qual época entrou com o pedido de
766 aprovação, em tal época entrou com pedido do EIV, e foi analisado na seção com data e hora e local, para
767 que o ministério veja que a coisa andou. **O Conselheiro Rogério** pergunta a Renata: nós podemos fazer essa
768 reunião sem que seja oficialmente, sem que seja uma audiência pública. **A Conselheira Renata**: Não,
769 vamos marcar uma reunião, elaboração da pauta e esclarecer tudo bem? se não, aí convoca audiência pública.
770 **O Conselheiro Carlos Camisão**: Eu não sei se eles fizeram algum documento, dizendo qual é o problema,
771 e precisamos ouvir e esclarecer. **A Conselheira Renata**: O que eles pedem aqui Camisão, é para apreciação
772 do EIV, se não permitir estaremos descaracterizando toda a nossa competência. **O Presidente** apresenta o
773 **oitavo ponto da pauta** sobre informes. Este ano teremos eleição para este conselho, estamos concluindo
774 mais um biênio, provavelmente vai ser em julho, nós estaremos trabalhando e na próxima reunião já
775 apresentando para estarmos fazendo mais um eleição e fortalecendo este conselho cada vez mais. **O**
776 **Presidente** encerra a reunião, às doze horas. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai
777 assinada pelo Presidente, por mim e pelos demais presentes: Cachoeiro de Itapemirim (ES), 26 de
778 Março de 2015. ~~~~~

- 779
780 01) Jacqueline Zandominegue Soares _____
781 02) João Luiz Silva _____
782 03) Ruberval da Silva Rocha _____
783 04) Jairo de Freitas Di Giorgio _____
784 05) Mário César do Nascimento _____
785 06) Carlos Heugenio Duarte Camisão _____
786 07) José Bessa Barros _____
787 08) Eliel Alves Moulin _____

- 788 09) Luiz Rogério Ramos Casaes_____
- 789 10) Renata Sabra Baião Fiório Nascimento_____
- 790 11) Alex Vaillant Farias_____
- 791 12) Rômulo Joviano Neto_____
- 792 13) Cidinei Rodrigues Nunes_____
- 793 Ilvene Marise Rodrigues dos Santos_____
- 794 14) Antonia Marcela Minto Brito_____
- 795 15) Joana D' Arck Caetano_____
- 796 16) Ricardo Coelho de Lima_____
- 797 17) Fabiana Ramos Dias Caçador_____
- 798 18) Antonio Fernandes Mastella_____
- 799 19) Marcos Antonio Carvalho Oliveira_____
- 800 20) Braz Barros da Silva_____